

Os contrastes da educação brasileira

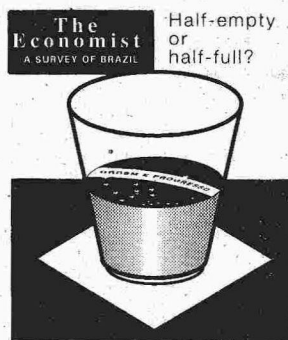
No Sul, a taxa de analfabetismo chega perto da do Primeiro Mundo; no Nordeste está mais próxima da África

por Stephen Hugh-Jones
da The Economist (*)

Cenário: uma pequena escola rural em Pernambuco. O professor escreve com giz em um velho quadro-negro. As crianças, de idades variadas, copiam cuidadosamente. O quê? A história, insiste o funcionário da Unicef que conta o caso, do antigo Egito. São crianças, acrescenta, que podem não saber nem onde fica Recife, ou de onde vem a eletricidade.

Mas, pelo menos, aqui há um professor e uma escola com crianças que sabem ler e escrever. Pelos seus padrões locais, essas crianças não são carentes; são as que têm sorte. As estatísticas são arrepiantes. A escola, por lei, é compulsória e gratuita, dos 7 aos 14 anos. Nos estados ricos, pelo menos 95% das crianças se matriculam, no início; nos pobres, de 65 a 80%. No segundo ano, um quarto delas deixa a escola; algumas para ajudar a família a ganhar seu pão, outras porque os pais acham — e frequentemente têm razão — que a escola disponível é inútil.

No total, de acordo com estatísticas do final dos anos 80, 55% das crianças matriculadas no primeiro ano não passam do quarto, e apenas 22% chegam à oitava série, a maioria das quais tendo de repetir um ou dois anos para chegar até ali. Será que as coisas melhoraram, desde então? Tomemos algumas estatísticas de 1991 sobre o analfabetismo, como guia. Em todo o Brasil, a taxa de analfabetismo na população de 11 a 14 anos era de 16%. Entre os que tinham 15 anos ou mais, a taxa era de 20%. Em suma, os adolescentes não estavam muito melhor do que os adultos que estudaram uma ou duas décadas



antes. Nas áreas rurais mais pobres, praticamente nada mudou. Esse lento avanço pode ter ganho velocidade: de acordo com uma estimativa, hoje, 33% das crianças chegam à oitava série.

O fosso entre os melhores e os piores é grande: como ocorre frequentemente no Brasil, as médias permitem amplas variações. Com uma taxa de 10% de analfabetismo entre os adultos, 3% desse total na faixa de 11 a 14 anos, o Sul do País chega perto do Primeiro Mundo; as áreas rurais no Nordeste estão mais próximas da África. Seus professores também são pobres. Na cidade de São Paulo, um jovem professor ganha de R\$ 400 a R\$ 500, não mais do que um motorista de ônibus. Muitos professores rurais ganham a quarta parte desse valor. Não é difícil imaginar que ele — frequentemente é ela — dê aulas também “pobres”. Em um Estado predominantemente rural, um quinto dos professores do primário não terminou seu próprio primeiro grau.

Nessas áreas, mesmo as crianças afortunadas e capazes podem ter outra dificuldade: nenhuma escola secundária, ou, quando as há, sem vagas. O problema não é escassez geral de recursos: a educação consome 3,7% do Produto Interno Bruto

(PIB), equivalente à porcentagem da Coreia do Sul. Entretanto, não só muito do que o Estado dá morre na burocracia, mas também muitos recursos são mal empregados.

A educação superior é gratuita, para alguns; o sistema público absorve 40% dos 430 mil estudantes matriculados a cada ano; 60% vão para faculdades particulares, poucas delas tão boas quanto suas rivais do Estado. A maioria não é de boa qualidade (e dois terços de seus estudantes as abandonam).

Competitivos exames de admissão (vestibulares) decidem quem poderá ter uma educação boa e gratuita. Os melhores colocados são aqueles cujos pais tiveram

O fosso entre os melhores e os piores é grande

recursos para mandá-los a escolas secundárias privadas, muito melhores do que as do Estado. Pague um pouco agora e seja altamente subsidiado depois. Os menos favorecidos podem ter de pagar de R\$ 200 a R\$ 500 por mês, nos dois níveis. “Grátis para os ricos, paga para os pobres”, disse, sarcasticamente, um desses pais, operário de indústria automobilística que também se tornou motorista de táxi para poder arcar com uma faculdade. Ele exagerou: uma pesquisa recente em universidades federais mostrou que 75% dos estudantes vieram de famílias pobres, embora poucos tenham entrado em cursos mais procurados, como economia, en-

genharia ou medicina. Mas há boa dose de verdade nas palavras daquele pai. A boa notícia é que a qualidade da educação foi reconhecida como um problema a ser tratado. Os sindicatos devem lançar uma campanha sobre o assunto. Para que os empresários, mesmo em interesse próprio, aceitem futuros empregados à procura de trabalho que possam pensar, e não somente fazer. Mas os motivos e entusiasmos empresariais são, frequentemente, mais nobres do que isso. Diga “educação” e a resposta será vívida: “A chave para tudo”, diz um financista. “A bagunça que foi feita com isso (a educação)...”, lamenta um industrial; e ela ocorreu muito antes que tanto um quanto outro escolhesse seu próprio campo profissional.

Imaginem isso em Londres. Antes das eleições, a Fundação Odebrecht, financiada pelo grupo empresarial do mesmo nome, pagou vários anúncios na televisão e na imprensa chamando a atenção para uma educação de qualidade, e pediu que os eleitores votassem de acor-

do com essa idéia. O presidente Fernando Henrique fez da educação um de seus temas principais, e escolheu um de seus melhores ministros, Paulo Renato de Souza para cuidar da área. Só isso é pouco: como diz o industrial, “já ouvimos retórica antes”. Mas, desta vez, acredita, a retórica é real. Em Brasília, o funcionário da Unicef relata uma “atitude bem diferente” por parte do ministério que encontrou no passado.

Não quer dizer que o governo federal seja o patrão. Os estados e os municípios administram a maior parte do sistema de ensino público, do primário à universidade. O governo central fornece-lhes algum dinheiro, e espera, futuramente, assegurar-se de que ele seja melhor empregado, tanto quanto o seu próprio, que beneficia principalmente as universidades. O governo estabelecerá critérios de ação com as esferas administrativas mais baixas, na ajuda ao treinamento de professores e na melhoria do material de ensino.

Paulo Renato de Souza tem uma mesa cheia com essas reformas. Porém, a mais importante pode estar em sua própria cabeça. Por quanto tempo ele espera estar em seu posto? Afinal de contas, ele estava muito cotado para o Ministério da Economia ou Planejamento. Quatro anos, responde: todo o mandato presidencial. Pode ser. A entrada do seu ministério é decorada com retratos de seus predecessores desde 1932 — cerca de 40, e



Fonte: IBGE, Censo de 1991. * Redação própria

Estados e municípios administram a maior parte do ensino público

ro.

Paulo Renato de Souza tem uma mesa cheia com essas reformas. Porém, a mais importante pode estar em sua própria cabeça. Por quanto tempo ele espera estar em seu posto? Afinal de contas, ele estava muito cotado para o Ministério da Economia ou Planejamento. Quatro anos, responde: todo o mandato presidencial. Pode ser. A entrada do seu ministério é decorada com retratos de seus predecessores desde 1932 — cerca de 40, e

nem todos ficaram onde estavam.

Entretanto, um novo zelo para com a educação entre a elite nada significará, a não ser que seja compartilhado pelos pais comuns. A elite gosta de dizer que a educação não é um dos valores brasileiros, à exceção, talvez — e uma grande exceção — dos descendentes de europeus, japoneses e libaneses do sul. Entre os pobres, principalmente os pobres rurais, isso é amplamente verdade. Mas em Fortaleza, que não é nenhuma Cambridge do Nordeste, um sociólogo ajuda um motorista na tarefa. Ele diz: oferecer o tipo de escola que os pais acham válida, com bom ensino, em escolas decentes, significa envolver os pais nas escolas, como, notadamente, tentou-se em Minas Gerais — e, com isso, os brasileiros darão tanto valor à educação quanto qualquer um.

Estaria ele certo? O governo federal administra uma rede de escolas com 150 mil alunos. Ele espera multiplicar esse total em novas escolas nos estados. Os alunos aparecerão? Com duzentas vagas por ano, a Escola Técnica Federal de Fortaleza recebe 3 mil candidatos.

O vigor do setor privado fornece mais evidências. Bem ou mal, o mercado existe e os pais se sacrificam — 40% do salário, no caso do motorista de uma empresa. Também as grandes cidades do Sul, e até em maior quantidade, oferecem cursos técnicos vocacionais noturnos, pois a maioria dos alunos trabalha de dia. Uma das soluções futuras seria a parceria dos setores público e privado, nesse tipo de es-

cola. Não será fácil. Em uma cidade no Paraná, que contratou serviços privados para administrar tais escolas, o sistema acabou em confusão.

Com relação ao financiamento privado, as empresas já pagam 2,5% em impostos de educação que vão, via Brasília, para os estados e municípios. Uma ou duas empresas administram as próprias escolas. A Azaléia, grande fabricante de sapatos no extremo-sul, investe 2,5% de seu faturamento e recupera muito mais, ela reconhece, em melhor qualidade de trabalho e trabalhadores mais preparados (ver matéria na página 3). Um grande banco, o Bradesco, administra mais de vinte escolas (ver matéria na página 2). O governo do Estado do Paraná espera atrair mais investimento privado para a

O vigor do setor privado mostra novas evidências

manutenção de escolas, com a promessa de oferecer fundos iguais aos investimentos locais.

Não haverá milagres na educação brasileira. Entretanto, algumas comunidades não apenas diminuíram, como também eliminaram o analfabetismo. Pelo menos, a prioridade é reconhecida e, finalmente, mesmo os céticos podem razoavelmente esperar que o reconhecimento leve à ação.

(*) Este é o nono artigo do “survey” da revista The Economist sobre o Brasil. Os outros artigos foram publicados nas edições dos dias 2, 3, 4, 5, 8, 10, 12 e 15 de maio.